DOI: 10.33148/CES.V40I2.2769

AUTORRECUPERAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES NA HORTA MÃOS DE MILAGRES: REFLEXÕES ETNOGRÁFICAS NUMA COMUNIDADE PERIFÉRICA NO RECIFE

Bárbara Renata Cavalcante Ferro de Melo[1]
Mauricio Antunes[2]

RESUMO

Este ensaio etnográfico analisou a horta comunitária Mãos de Milagres, situada na comunidade dos Milagres, bairro do Ibura, no Recife, como território de cuidado, aprendizagem, autorrecuperação e reivindicação política protagonizado por mulheres negras. Realizado no contexto de atividades das disciplinas Etnografia e Movimentos Sociais do PPGECI, o estudo apoia-se em observação participante, conversas informais, entrevista aberta com a liderança aqui denominada Garota da Horta e registros em diário de campo. A interseccionalidade orienta a leitura das relações entre raça, gênero, classe e território, em diálogo com o feminismo negro, a pesquisa qualitativa e os estudos sobre agricultura urbana. Argumenta-se que a horta ultrapassa sua função produtiva: entre canteiros, chás, lambedores e mutirões, são elaboradas formas coletivas de enfrentar o racismo, a precarização do trabalho, o adoecimento psíquico e o abandono estatal. O texto também problematiza os limites éticos de uma escrita situada feita por pesquisadoras externas ao território. Conclui-se que o Mãos de Milagres opera como espaço educativo, terapêutico e político: responde a vulnerabilidades concretas, mas também denuncia a insuficiência das políticas públicas e reivindica reconhecimento para os saberes produzidos na periferia urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Horta comunitária; Mulheres negras; Feminismo negro; Periferia urbana; Saúde mental.

1 ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9541-2689 - Filiação institucional: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)/e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) - E-mail: prof.barbaraferro@gmail.com

2 ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7022-0402 - Filiação institucional: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) - E-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br

SELF-RECOVERY AND KNOWLEDGE PRODUCTION IN THE MÃOS DE MILAGRES COMMUNITY GARDEN: ETHNOGRAPHIC REFLECTIONS IN A PERIPHERAL COMMUNITY IN RECIFE

ABSTRACT

This ethnographic essay analyzed the Mãos de Milagres community garden, located in the Milagres community in the Ibura neighborhood of Recife, as a territory of care, learning, self-recovery, and political claim-making led by Black women. Developed within the activities of the Ethnographies and Social Movements courses in PPGECI, the study draws on participant observation, informal conversations, an open interview with the leader referred to as Garota da Horta, and field diary records. Intersectionality guides the analysis of the articulation of race, gender, class, and territory, in dialogue with Black feminist thought, qualitative research, and studies on urban agriculture. The essay argues that the garden exceeds its productive function: among garden beds, teas, homemade syrups, and collective work, women elaborate collective ways of confronting racism, precarious labor, psychological suffering, and state neglect. The text also discusses the ethical limits of situated writing produced by researchers from outside the territory. The findings suggest that Mãos de Milagres operates as an educational, therapeutic, and political space: it responds to concrete vulnerabilities while denouncing insufficient public policies and claiming recognition for knowledge produced in the urban periphery.

KEYWORDS: Community garden; Black women; Black feminism; Urban periphery; Mental health.

AUTORRECUPERACIÓN Y PRODUCCIÓN DE SABERES EN EL HUERTO MANOS DE MILAGRES: REFLEXIONES ETNOGRÁFICAS EN UNA COMUNIDAD PERIFÉRICA DE RECIFE

RESUMEN

Este ensayo etnográfico analiza la huerta comunitaria Mãos de Milagres, ubicada en la comunidad de los Milagres, en el barrio de Ibura, Recife, como territorio de cuidado, aprendizaje, autorrecuperación y reivindicación política protagonizado por mujeres negras. Realizado en el contexto de actividades de las disciplinas Etnografías y Movimientos Sociales del PPGECI, el estudio se apoya en observación participante, conversaciones informales, una entrevista abierta con la lideresa denominada Garota da Horta y registros en diario de campo. La interseccionalidad orienta la lectura de las relaciones entre raza, género, clase y territorio, en diálogo con el feminismo negro, la investigación cualitativa y los estudios sobre agricultura urbana. Se argumenta que la huerta supera su función productiva: entre canteros, tés, jarabes caseros y trabajo colectivo, se elaboran formas comunitarias de enfrentar el racismo, la precarización laboral, el sufrimiento psíquico y el abandono estatal. El texto también problematiza los límites éticos de una escritura situada elaborada por investigadoras externas al territorio. Se concluye que Mãos de Milagres opera como espacio educativo, terapéutico y político: responde a vulnerabilidades concretas, denuncia la insuficiencia de las políticas públicas y reivindica el reconocimiento de los saberes producidos en la periferia urbana.

PALABRAS CLAVE: Huerta comunitaria; Mujeres negras; Feminismo negro; Periferia urbana; Salud mental.

1 INTRODUÇÃO

Este manuscrito nasce do encontro entre um canteiro de horta e inquietações acadêmicas em torno do feminismo negro, dos processos educativos, da saúde mental e da justiça social nas periferias urbanas do Nordeste do Brasil. O cenário empírico que sustenta a reflexão é a comunidade dos Milagres, localizada no bairro do Ibura, no Recife, frequentemente evocada nas conversas cotidianas e nos noticiários sob o estigma de "lugar perigoso", "área de risco" ou "território do tráfico". Tais designações condensam formas dominantes de narrar as periferias, associando-as quase exclusivamente à violência, à ausência do Estado e à carência material (Gonzales, [1984]2020; Ribeiro, 2017).

No entanto, ao lado de um posto de saúde, em um pequeno terreno cedido pela Prefeitura, um grupo de mulheres cultiva muito mais do que hortaliças e ervas. Cultivam histórias, amizades, formas de cura, projetos de futuro e estratégias de luta por reconhecimento e por políticas públicas. Entre canteiros improvisados, produz-se alimento, mas também se tecem vínculos, compartilham-se dores e constroem-se leituras críticas sobre a própria realidade social. A horta comunitária emerge, assim, como espaço que desloca a imagem homogênea da periferia como território de ausência e a reinscreve como lugar de produção de vida social, saberes e ação política.

O Coletivo Mãos de Milagres, idealizado e articulado por uma jovem mulher aqui identificada como Garota da Horta, reúne mulheres da comunidade em torno da agricultura urbana e da construção de uma rede de cuidados mútuos. Entre os canteiros, elas trocam saberes sobre temperos, lambedores, sabões artesanais e plantas medicinais. Também compartilham experiências atravessadas pela violência urbana e pela precarização do trabalho; conversam sobre depressão, atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), conflitos familiares, racismo na escola e no emprego. Ao mesmo tempo, projetam desejos como quadras esportivas na localidade, cinema de rua, reforço escolar para as crianças e oportunidades para que seus filhos e filhas rompam ciclos históricos de exclusão e violência.

A temática que orienta as discussões apresentadas neste ensaio gira em torno das dinâmicas sociais que se constituem em torno da horta comunitária enquanto espaço de autorrecuperação, resistência e produção de saberes na periferia. Nessa abordagem, a interseccionalidade – entendida como quadro analítico que examina como raça, gênero, classe e território se articulam para produzir posições sociais específicas e hierarquizadas – opera como chave de leitura central desde o início da análise (Crenshaw, 1989; Collins, 2019).

A horta não é tomada apenas como iniciativa de agricultura urbana, mas como experiência social situada, atravessada por essas dimensões articuladas, na construção de práticas de cuidado primário em saúde que se estabelecem nas relações entre esse coletivo de mulheres e o Estado. A presença do Posto de Saúde, ao lado do qual a horta está instalada, expressa uma relação ambígua entre cooperação e conflito, travada como parte das lutas por reconhecimento (Honneth, 2009; Butler, 2019). O foco recai sobre as trajetórias e narrativas das mulheres, analisadas em diálogo com o feminismo negro e com uma reflexão sobre o próprio olhar etnográfico.

Em vez de tratar a periferia pelo prisma da carência ou da ameaça, busca-se, neste trabalho, compreender os fenômenos a partir das próprias mulheres negras que, mesmo atravessadas por múltiplas camadas de opressão, criaram e mantêm um espaço coletivo que, ao mesmo tempo, alimenta, cuida e politiza. Tal deslocamento implica reconhecer que a periferia não é apenas objeto de políticas públicas ou de estudos acadêmicos, mas também sujeito de práticas inventivas de organização social e de produção de sentido.

O interesse por esse campo nasce de duas frentes. Por um lado, de nossa atuação na educação e do incômodo diante de uma escola e de uma Universidade que frequentemente falam sobre territórios periféricos sem escutá-los, mantendo-os como objetos de investigação e não como lugares legítimos de produção de conhecimento.

Por outro, esse interesse se articula a uma trajetória de estudos marcada por perspectivas decoloniais e pelo feminismo negro, especialmente a partir de autoras como Sueli Carneiro ([2003]2011), Lélia Gonzalez ([1984]2020), Patricia Hill Collins (1986; 2019) e bell hooks ([1993]2023; [1994]2017; [2000]2020), que insistem na centralidade das experiências de mulheres negras para compreender as formas contemporâneas de desigualdade e resistência.

Ao chegar à horta, foi possível encontrar, na prática, muitas das questões que essas autoras discutem teoricamente: o racismo entendido como estrutura que organiza hierarquias de valor e produz vulnerabilidade social; a precarização do trabalho como efeito das dinâmicas neoliberais que feminizam e informalizam a sobrevivência; a maternidade atravessada por desigualdades de raça e classe; o amor e o autocuidado como práticas políticas de recomposição subjetiva; a ausência ou insuficiência de políticas públicas nos territórios periféricos; e a educação como prática da liberdade, no sentido atribuído por Freire (1999) e hooks ([1994]2017), isto é, como processo de conscientização e de produção de sujeitos capazes de ler criticamente o mundo e agir sobre ele.

O campo empírico não confirmou simplesmente hipóteses prévias; ele reconfigurou problemas, deslocou certezas e impôs novas perguntas. Nesse sentido, a pesquisa não parte de um modelo fechado a ser aplicado à realidade, mas se constrói no encontro entre teoria e experiência vivida.

É importante destacar que a pesquisadora responsável pelo trabalho de campo não é uma mulher negra, nem moradora da comunidade dos Milagres. Ela não compartilha, portanto, do lugar de fala das mulheres com quem dialogou. Ela adentra nesse território como pesquisadora vinculada à Universidade, ou seja, alguém que deseja aprender e construir conhecimento em diálogo, e não como porta-voz ou representante de suas experiências.

Essa posição exige assumir a assimetria da relação de pesquisa, evitando uma lógica extrativista que "retira" dados do território sem devolver nada e explicitando sempre o lugar desde o qual se escreve. Implica também produzir uma escrita que possa, se assim desejarem, ser lida pelas próprias interlocutoras, recusando um jargão que reforce distâncias simbólicas.

O objetivo deste ensaio é, assim, duplo. Em primeiro lugar, busca-se compreender os sentidos e significados que a horta Mãos de Milagres assume na vida dessas mulheres – especialmente da Garota da Horta – enquanto espaço terapêutico, de autorrecuperação, de reinvenção do trabalho, de construção de autoestima racial, de fortalecimento de vínculos comunitários e de luta por direitos.

Em segundo lugar, pretende-se refletir sobre as possibilidades e os limites de uma etnografia de inspiração decolonial quando quem escreve ocupa outro lugar social, procurando praticar um olhar, um ouvir e um escrever conscientes de seus próprios limites, implicações e responsabilidades (Oliveira, 1996).

Para isso, toma-se como foco de observação uma experiência concreta ancorada no cotidiano da horta comunitária: as práticas de plantio, colheita e produção de insumos; as conversas e entrevistas com a Garota da Horta e com outras mulheres; as memórias de dor e de força que emergem entre uma muda e outra; as articulações com o poder público e com a mídia; e as cenas em que a horta se converte, simultaneamente, em sala de aula informal, espaço de terapia coletiva, palco de denúncia e laboratório de futuros possíveis.

Ao longo do texto, é estabelecido diálogo com o feminismo negro para pensar raça, gênero, trabalho e amor como dimensões indissociáveis da experiência das mulheres da horta. Nesse diálogo, opera-se com a noção de autorrecuperação como categoria analítica situada — entendida não como superação individual nem como autocuidado

privatizado, mas como processo coletivo de recomposição subjetiva e política diante de condições estruturais de racismo, precarização do trabalho e desamparo estatal.

Essa elaboração se constrói no cruzamento entre as reflexões de bell hooks sobre cura e amor como prática ético-política entre mulheres negras (Hooks, [1993]2023; [2000]2020), a noção de autodefinição em Patricia Hill Collins, que enfatiza a produção de narrativas próprias contra imagens de controle racializadas (Collins, 2019; 1986), e as críticas de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro às tecnologias de desvalorização e desumanização que incidem sobre corpos negros (Gonzales, [1984] 2020; Carneiro, [2003]2011).

Paralelamente, dialoga-se com autoras e autores do debate etnográfico e da pesquisa qualitativa para analisar o percurso no campo e o modo como as experiências vividas são transformadas em narrativa (Oliveira, 1996; Carvalho, 2001; Schmidt, 2006).

A intenção não é oferecer uma síntese definitiva sobre o Coletivo Mãos de Milagres, mas registrar, desde uma posição situada, parte dos aprendizados produzidos no encontro com as mulheres da horta. Assim, a pergunta que põe este ensaio em movimento não é apenas o que é essa horta, mas o que ela revela sobre as formas contemporâneas de produzir cuidado, conhecimento e política em contextos marcados por desigualdade racial, econômica e territorial. Mais do que descrever uma experiência local, trata-se de compreender como, em um pedaço de terra cercado de concreto, mulheres negras transformam o cotidiano em espaço de elaboração crítica da vida social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Compreender o Coletivo Mãos de Milagres exige uma aproximação teórica que acompanhe o movimento do próprio campo. As cenas observadas na horta não cabem em explicações isoladas sobre agricultura urbana, trabalho feminino ou vulnerabilidade social; elas solicitam uma leitura capaz de articular cuidado, raça, gênero, classe, território, saberes comunitários e a relação dessas mulheres com a pesquisadora.

Por isso, este ensaio organiza o diálogo teórico em três movimentos que se entrelaçam: o feminismo negro, que coloca as experiências de mulheres negras no centro da análise social; o debate sobre o olhar etnográfico e a pesquisa qualitativa, que interroga o lugar de quem pesquisa e as condições de produção do conhecimento; e os estudos sobre hortas comunitárias, agricultura urbana e agroecologia em territórios populares. Esses referenciais são acionados como ferramentas que se deixam tensionar pelas narrativas e práticas observadas.

No campo do feminismo negro, interpelamos os pensamentos de Sueli Carneiro (2003]2011), Patricia Hill Collins (1986; 2019), Lélia Gonzalez ([1984]2020) e bell hooks ([1993]2023; [1994]2017; [2000]2020). A partir de contextos distintos, essas autoras convergem na crítica ao sujeito feminino universal e na defesa das experiências concretas de mulheres negras como chave de leitura das desigualdades sociais em sociedades marcadas pelo passado escravocrata, ou seja, em praticamente todo o território do continente americano. Ao deslocarem o ponto de partida da análise, elas questionam tanto o feminismo hegemônico quanto tradições sociológicas e educacionais que tomam a branquitude e a masculinidade como parâmetros implícitos de humanidade.

Em "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero", Sueli Carneiro ([2003]2011) reivindica além de maior visibilidade para mulheres negras no interior do movimento feminista, a necessidade de reconfigurar o próprio horizonte analítico do feminismo a partir da articulação estrutural entre racismo e sexismo.

Na formulação da autora, a condição da mulher negra constitui uma chave interpretativa para compreender o funcionamento histórico do sistema social em sua totalidade, deslocando a ideia de um modelo universal previamente estabelecido. Nesse enquadramento, o racismo atua como princípio organizador das hierarquias de trabalho, reconhecimento e cidadania, atravessando a própria definição de humanidade e de sujeito político — argumento aprofundado pela autora ao discutir a construção do "outro" como não-ser no contexto da modernidade racializada brasileira.

Essa chave ajuda a compreender um episódio narrado pela Garota da Horta. Depois de atuar em campanhas políticas, circulando publicamente, articulando contatos e emprestando seu rosto e sua voz a determinados projetos, ela relata ter sido deslocada para um cargo de serviços gerais, em um lugar de pouca visibilidade e reconhecimento. A experiência não diz respeito apenas a uma frustração profissional: explicita a forma como corpos de mulheres negras podem ser convocados quando produzem capital político ou afetivo e, em seguida, recolocados em posições historicamente naturalizadas como subalternas.

Trata-se, portanto, menos de um episódio individual de injustiça e mais da atualização de um dispositivo de gestão racial e generificada do trabalho, pelo qual mulheres negras são visibilizadas quando úteis e invisibilizadas quando reivindicam permanência, voz ou reconhecimento (Carneiro, [2003]2011; Collins, 2019; Gonzales, [1984]2020). O que aparece como trajetória pessoal revela uma lógica estrutural que regula quem pode ocupar o espaço da representação e quem deve permanecer nos serviços desvalorizados.

Patricia Hill Collins, em *Pensamento Feminista Negro* (2019) e no ensaio "Learning from the Outsider Within" (1986), sustenta que mulheres negras produzem conhecimento a partir de uma posição social específica, situada na intersecção entre raça, gênero e classe. Essa localização social, frequentemente marcada pela condição de *outsider within*, configura-se como fonte privilegiada de elaboração crítica sobre as estruturas que organizam a vida social, ao mesmo tempo em que evidencia os processos de opressão que atravessam suas experiências.

Ao formular uma epistemologia feminista negra, Collins (1986; 2019) argumenta que experiências historicamente marginalizadas produzem perspectivas capazes de desestabilizar categorias naturalizadas de poder e verdade. Nessa chave interpretativa, a leitura que a Garota da Horta faz do bairro, do tráfico de drogas, dos empregos precarizados, da ausência de políticas públicas e do cuidado cotidiano com os filhos constitui uma interpretação situada da realidade social. Reconhecer esse movimento implica compreender este ensaio como uma construção em interlocução com um pensamento que emerge da vida vivida e tensiona as fronteiras entre teoria e cotidiano.

Lélia Gonzalez, especialmente em "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (1984) e nos ensaios reunidos em "Por um feminismo afro-latino-americano" (2020), propõe um deslocamento epistemológico decisivo ao formular a noção de amefricanidade e ao criticar a dependência acrítica de matrizes eurocentradas na interpretação da realidade latino-americana.

Ao articular racismo, sexismo e colonialidade, Gonzalez (1984/2020) sustenta que as experiências negras e populares ocupam posição central na interpretação da formação social brasileira. Nessa perspectiva, a comunidade dos Milagres, o bairro do Ibura, a horta ao lado do posto de saúde e as rotinas atravessadas pela violência urbana, pelos deslizamentos de barreira e pela negligência estatal constituem um lugar legítimo de produção de saber, cultura e política.

Dessa forma, recusamos incorrer numa leitura restrita à carência, que implica negar a potência criativa e de resistência das periferias, e tomamos a posição de reconhecê-las como espaços de elaboração de ideias e estratégias de atuação sobre cidade, racismo, gênero e Estado, tensionando as hierarquias que tradicionalmente definem onde o conhecimento pode ou não ser produzido.

Bell hooks, por sua vez, oferece um conjunto de chaves conceituais que permitem acompanhar o que acontece entre os canteiros do Coletivo Mãos de Milagres. Em "Sisters of the Yam" ([1993]2023), a autora discute a autorrecuperação (self-recovery) como processo coletivo, no qual mulheres negras, atravessadas por violência, desamor e precariedade, constroem entre si espaços de escuta, cura e reconstrução da autoestima.

A horta pode ser lida nessa chave: entre o cuidar das plantas circulam conversas que falam de luto, depressão, conflitos familiares e experiências com o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), ao mesmo tempo em que se compartilham risos, fé, sonhos e projetos de futuro. A autorrecuperação, nesse contexto, assume a forma de um trabalho coletivo de recomposição da dignidade, articulando cuidado, convivência e reconstrução de sentidos.

Em *All About Love*, hooks ([2000]2021) reivindica o direito de viver bem e critica a forma como o capitalismo reduz o trabalho à mera sobrevivência. As decisões da Garota da Horta – especialmente a escolha arriscada de abandonar empregos adoecedores para investir tempo e energia no coletivo – ressoam essa crítica.

Mesmo atravessado pela dureza do cotidiano, o trabalho com a terra passa a produzir sentido, vínculos e reconhecimento. Em *Teaching to Transgress* ([1994]2017), hooks propõe que uma educação como prática da liberdade pressupõe ultrapassar os limites da educação escolar formal. A horta, desta forma, deve ser entendida como lugar de aprendizagem coletiva, como uma comunidade educativa (Antunes; Mesquita, 2022, 2024), cujas práticas educativas se conectam com a realidade da comunidade e singularidade do território, daí onde se aprende sobre plantas, racismo, maternidade, política, cuidado e estratégias de sobrevivência na periferia.

O percurso metodológico também se apoia em autoras e autores que ajudam a pensar o gesto etnográfico. Oliveira (1996) lembra que olhar, ouvir e escrever são atos situados, marcados pela história de quem observa. Carvalho (2001), ao discutir o olhar etnográfico e a voz subalterna, alerta para o risco de a escrita acadêmica continuar falando pelos sujeitos que diz escutar. Schmidt (2006), por sua vez, aproxima a pesquisa qualitativa de perspectivas participantes e dialógicas, reconhecendo narrativas, memórias e interpretações das interlocutoras como formas legítimas de conhecimento.

Essas contribuições orientam a decisão de tratar as falas da Garota da Horta e das demais mulheres como narrativas capazes de tensionar o próprio quadro teórico mobilizado, ultrapassando a forma usual de submeter as narrativas dos sujeitos reais aos conceitos teóricos previamente definidos na pesquisa. O desafio, portanto, consiste em construir condições de escuta e escrita que reconheçam a voz já presente no território e preservem a autoria social dessas interpretações.

Desse modo, entrevistas abertas, histórias de vida, observação participante e diário de campo foram assumidos como procedimentos de apreensão da experiência social, conferindo centralidade às narrativas e aos sentidos produzidos no território. A escolha metodológica deste ensaio etnográfico sustenta-se na compreensão de que

as mulheres da horta produzem pensamento situado sobre trabalho, cuidado, racismo e território.

Além desse diálogo conceitual, é necessário situar a experiência do Mãos de Milagres em uma trilha de pesquisas que vêm discutindo hortas comunitárias e agricultura urbana como espaços de segurança alimentar, cuidado em saúde e organização coletiva em contextos periféricos. Estudos em agroecologia urbana mostram como esses espaços assumem funções múltiplas: contribuem para a alimentação, geram renda, fortalecem vínculos comunitários e reconfiguram a relação entre cidade e natureza em territórios marcados por desigualdades. Aproximam-se, ainda, de debates sobre promoção da saúde e políticas de bem-estar, sugerindo que hortas podem funcionar como dispositivos territoriais de cuidado em articulação com o SUS e redes locais de atenção básica (Mougeot, 2005; Azevedo; Pelicioni, 2011). No contexto deste ensaio, essa literatura ajuda a compreender que a articulação entre agroecologia, periferia e formação crítica integra uma constelação de iniciativas que utilizam a terra como eixo de luta, educação e cuidado, cujo protagonismo feminino nessas experiências, embora amplamente observado, carece ainda de sistematização bibliográfica que capte sua dimensão racial e periférica de forma específica.

Nessa perspectiva, a horta configura-se como iniciativa produtiva e prática socioterritorial, reconfigurando relações entre alimentação, cuidado e políticas públicas. Em paralelo, pesquisas no campo da educação e dos feminismos negros têm enfatizado a centralidade das experiências de mulheres negras em favelas e periferias como lugares de produção de conhecimento sobre Estado, racismo, trabalho, maternidade, projetos de futuro etc. (Collins, 2019; Carneiro, 2003/2011; Gonzales, 1984/2020; Ribeiro, 2017). Essas investigações reposicionam tais experiências como instância interpretativa e elaboração crítica situada sobre desigualdade e cidadania.

Ao articular esses diferentes referenciais, este ensaio toma a experiência da horta como campo de verificação e deslocamento das categorias mobilizadas, examinando seus limites a partir do próprio campo. O feminismo negro, a etnografia crítica e os estudos sobre agroecologia urbana funcionam aqui como ferramentas analíticas tensionadas pelas narrativas das mulheres do Mãos de Milagres. A teoria, nesse sentido, acompanha a análise, move-se com ela e se retrabalha à medida que o campo devolve novas perguntas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Não seria possível conhecer o Mãos de Milagres e a trajetória da Garota da Horta à distância, por meio apenas de documentos ou estatísticas. A escolha metodológica por um trabalho de inspiração etnográfica decorreu do entendimento de que experiências como essa não se deixam apreender apenas por indicadores formais ou por descrições externas.

Era necessário caminhar até a horta ao lado do posto de saúde, ver os canteiros, sentir o cheiro das ervas, ouvir as histórias e permitir que o próprio corpo fosse afetado pelo lugar. A aproximação sensível com o campo constituiu, assim, condição de possibilidade para compreender os sentidos atribuídos à horta pelas mulheres que a constroem cotidianamente. A pesquisa de campo foi conduzida em quatro encontros, entre os meses de outubro e novembro de 2025, sempre no período da tarde, das 14h às 17h, no contexto das atividades avaliativas das disciplinas Etnografias e Movimentos Sociais do Programa de Pós- graduação em Educação, Cultura e Identidades (PPGECI), durante o semestre 2025.2. A articulação entre essas duas disciplinas permitiu compreender a horta simultaneamente como campo de exercício etnográfico e como experiência concreta de organização comunitária, cuidado coletivo e reivindicação de direitos. A opção por encontros sucessivos, e não por uma única visita pontual, buscou captar continuidades e variações nas dinâmicas do coletivo, permitindo observar tanto os momentos de maior atividade quanto os de pausa, conversa e descanso. Essa temporalidade curta, mas reiterada, foi pensada como estratégia para construir um vínculo mínimo de confiança, condição indispensável para a emergência de narrativas sobre temas sensíveis, como racismo, luto, adoecimento psíquico e violência urbana.

A horta localiza-se em uma rua íngreme, ao lado do posto de saúde, em um pequeno terreno cercado de forma improvisada por paletes. Há canteiros de hortaliças, bananeiras, moitas de capim para chás e um grafite colorido na parede ao fundo. O ambiente é atravessado pelo cheiro de temperos e ervas e por uma vista aberta para a mata do Ibura.

Esse cenário físico também educa o olhar: aquilo que, de fora, é frequentemente lido como "área de risco" aparece, no interior da horta, como espaço vivo, cuidado e organizado. A descrição do espaço integra a análise, na medida em que permite compreender como a materialidade do lugar participa da produção de sentidos e afetos.

A entrada no campo ocorreu por meio de encontros previamente combinados com a Garota da Horta e também por visitas nas quais a pesquisadora chegou no espaço enquanto as mulheres já estavam trabalhando nos canteiros. A interação

da pesquisadora aconteceu aos poucos, enquanto trabalhavam. O grupo era formado exclusivamente por mulheres, a maioria negras, com mais de trinta anos, atravessadas por trajetórias marcadas por perdas, tragédias pessoais e eventos coletivos, como deslizamentos de barreira que vitimaram moradores da comunidade.

Embora a Garota da Horta se configure como liderança evidente, não observamos uma hierarquia rígida no coletivo, posto que as relações se organizam a partir de confiança, escuta e acolhimento, expressas tanto na divisão das tarefas quanto no cuidado mútuo.

Inspirado em Oliveira (1996), o percurso metodológico combinou observação participante, entrevistas abertas, conversas informais, registros em diário de campo e fotografias, articulados a uma postura reflexiva sobre o lugar ocupado no campo. A observação foi assumida como prática situada, envolvendo corpo, atenção e implicação. Observar significou prestar atenção à disposição dos canteiros, às ferramentas improvisadas, às crianças e aos animais que circulam, bem como à relação das mulheres com as plantas — o modo como tocam a terra, cheiram as folhas antes de falar delas e identificam ervas e usos medicinais.

Ouvir implicou registrar falas, mas também pausas, risos, silêncios e hesitações, reconhecendo que nem tudo pode ou quer ser dito da mesma forma ou no mesmo tempo. Muitas narrativas emergiram em meio ao trabalho manual, durante o plantio, a rega ou a colheita, o que sugere que a fala não se separa do gesto, e que a memória se ativa no movimento do corpo.

O ato de escrever no Diário de Campo, por sua vez, ocorreu no gabinete sempre após as visitas ao campo, como tentativa de reconstituir cenas, frases-chave e gestos marcantes, buscando manter a força das narrativas em uma linguagem que pudesse ser lida tanto pela Universidade quanto pelas próprias mulheres da comunidade.

Do ponto de vista dos procedimentos de observação e participação, acompanhamos os dias de plantio, rega, limpeza de canteiros, preparação de sabões e produção de temperos e lambedores, além de momentos de descanso à sombra e das conversas coletivas.

Em vários dias, a pesquisadora trabalhou junto com as participantes: plantou, limpou canteiros, colheu batatas e ajudou a organizar materiais. Essa vivência corpo a corpo abriu espaço para conversas mais longas, nas quais as mulheres narravam como haviam chegado à horta e o que significava, em suas rotinas, permanecer ali.

Participar das atividades permitiu compreender que certos saberes do campo se revelam no ritmo do corpo, no gesto repetido, no cansaço partilhado e na conversa que nasce enquanto a mão toca a terra. Estar ali, trabalhando com aquelas mulheres,

tornou mais consciente a diferença entre pesquisadora e participantes e deslocou a escuta para além da audição, fazendo dela presença, implicação e abertura para perceber sentidos que se revelam no fazer comum.

Com a Garota da Horta, idealizadora do projeto, foi realizada uma entrevista aberta, longa e gravada. Nos valemos das técnicas de entrevista narrativa, ou de história de vida, fazendo apenas perguntas disparadoras para que a entrevistada organizasse o fio de sua própria narrativa e decidisse quais acontecimentos, dores e projetos desejava compartilhar. A entrevista abordou sua história de vida, a participação em movimentos sociais, experiências de racismo na escola e no trabalho, a decisão de sair de empregos adoecedores e a criação do coletivo. Essa escolha metodológica reconheceu a entrevista como espaço de elaboração conjunta de sentidos, no qual as narrativas foram construídas em diálogo entre pesquisadora e participantes.

Ao redor dela, em conversas informais, outras mulheres agregaram fragmentos de experiência: deslizamentos de barreira, mortes, perdas relacionadas ao tráfico, adoecimento psíquico, dificuldades de acesso a serviços de saúde e tentativas de manter filhos e filhas afastados de redes de violência. Em muitos momentos, as falas vieram acompanhadas de choro – das interlocutoras e da pesquisadora. Esses afetos integraram a constituição do campo, na medida em que revelaram os limites da pesquisadora diante do sofrimento alheio e tensionaram a ideia de neutralidade científica.

Logo após cada visita à horta, a pesquisadora registrou no diário de campo descrições das cenas observadas, falas lembradas, impressões iniciais, dúvidas, desconfortos e emoções mobilizadas durante a permanência no território. Esses registros procuraram captar tanto os acontecimentos concretos –as conversas, os gestos, os deslocamentos pelo espaço, os momentos de trabalho coletivo e as situações que emergiam no cotidiano da horta – quanto os efeitos subjetivos produzidos pela experiência de escuta e convivência.

As anotações contemplaram, portanto, aquilo que foi visto, ouvido e sentido, permitindo acompanhar como determinadas narrativas afetavam a pesquisadora e como seus próprios pensamentos se reorganizavam diante das histórias compartilhadas pelas mulheres. O diário de campo assumiu, assim, uma função analítica e reflexiva, pois possibilitou examinar a relação entre experiência empírica, implicação da pesquisadora e interpretação teórica. Com autorização, também foram realizados registros fotográficos da horta, das plantas, do entorno e de alguns momentos de trabalho coletivo, utilizados sobretudo como apoio à memória, à reconstrução das cenas e à compreensão da materialidade do campo.

Os cuidados éticos atravessaram todo o percurso. A começar pelo uso do pseudônimo "Garota da Horta", que constituiu uma estratégia para reduzir a exposição da principal interlocutora, mesmo reconhecendo que se trata de uma liderança conhecida na comunidade. Evitamos ainda identificar as outras mulheres que relataram situações de violência, uso de drogas ou conflitos familiares, buscando não reforçar estigmas nem produzir riscos adicionais em um contexto já vulnerabilizado. A preservação das identidades ultrapassa o procedimento técnico e acontece como resultado de um compromisso político com a proteção das interlocutoras.

Do ponto de vista da linguagem utilizada, assumimos o compromisso de escrever com rigor conceitual, mas de forma clara, recusando uma escrita que exclua justamente aquelas que acolheram a pesquisadora em campo. Essa escolha integra o próprio método. Escrever de modo legível para as pessoas do campo constitui uma forma de tensionar a distância entre quem pesquisa e quem é pesquisado, problematizando a exclusividade acadêmica da produção de conhecimento.

A observação se deu sob o horizonte de uma inspiração decolonial, de modo que a presença no campo teve como objetivo trocar, aprender e construir leituras em diálogo, e não repetir a lógica extrativista de coletar dados e desaparecer. Essa orientação não dissolve as assimetrias entre pesquisadora e interlocutoras, nem autoriza a idealização de uma simetria inexistente. Ela opera, antes, como princípio regulador das escolhas feitas no percurso da pesquisa, desde a forma de perguntar e ouvir, até o modo de citar, analisar e devolver aquilo que foi compartilhado. Nesse sentido, o método se apresenta como processo em movimento, construído no encontro entre teoria, campo e experiência vivida.

4 ANÁLISE

Chegar à comunidade dos Milagres significa, antes de tudo, atravessar camadas de representações sociais. Antes mesmo de ver a horta, o Ibura já aparecia mediado por narrativas midiáticas e comentários cotidianos que o enquadram como "área de risco" e "lugar perigoso". Esse imaginário circula também nos espaços acadêmicos, informando expectativas, medos e hierarquias implícitas.

O campo, portanto, apresenta-se como espaço previamente significado por discursos que associam periferia, pobreza e criminalidade, produzindo antecipadamente uma leitura moralizante do território e de seus moradores.

Esse enquadramento tornou-se particularmente visível quando, no âmbito das disciplinas Etnografias e Movimentos Sociais do PPGECI, no decorrer do semestre de

2025.2, foi proposta uma aula-visita à horta do Coletivo Mãos de Milagres. Ao anunciar que o encontro ocorreria na comunidade, mesmo informando que o deslocamento seria realizado em grupo e com transporte organizado, surgiram preocupações reiteradas com a segurança, a circulação e a acessibilidade.

Algumas sugestões apontavam para a substituição do local por espaços considerados "mais centrais" ou "mais tranquilos" para a turma. Essas reações foram lidas como sintomas de um processo social mais amplo, no qual determinados territórios – geralmente brancos, institucionalizados e de classe média – são reconhecidos como espaços legítimos de produção de saber, enquanto áreas periféricas são situadas como lugares de observação e afastadas do estatuto de sedes possíveis da atividade acadêmica (Carvalho, 2001; Ribeiro, 2017).

A pergunta "central para quem?" atravessou essa situação. Para as mulheres do Mãos de Milagres, o centro da experiência que estava em discussão era a própria horta, pois é ali que se organiza o cotidiano, que se produz alimento, renda, cuidado e articulação política. Ao estranharmos a ideia de realizar uma aula no bairro do Ibura, reafirmamos, ainda que de modo involuntário, uma hierarquia espacial que é também racial, de classe e de gênero. Alguns territórios são tomados como referência natural em detrimento de muitos outros situados nas periferias, mesmo quando os temas discutidos dizem respeito justamente às lutas que brotam desses lugares contra-hegemônicos.

A situação descrita acima torna visível o entrelaçamento de relações de raça, gênero, classe e território que atravessa toda nossa análise. Desde o início, parte-se da compreensão de que essas dimensões não operam de forma isolada, mas constituem posições sociais específicas e hierarquizadas — tanto das mulheres da horta, quanto dos sujeitos vinculados à Universidade que ali chegam.

Afinal, de um lado estão mulheres negras periféricas que recebem pesquisadoras em seu espaço de trabalho, cuidado e elaboração política. De outro lado situam-se sujeitos marcados por privilégios de escolarização, mobilidade urbana e reconhecimento institucional. Lembremos que o estranhamento advindo desse deslocamento não se explica por falhas morais individuais, mas por uma longa história de criminalização das periferias e de associação entre pobreza, negritude e perigo (Gonzales, [1984]2020; Ribeiro, 2017).

Ao mesmo tempo, raramente se problematiza como "risco" o constrangimento inverso: convocar essas mulheres a se deslocarem até espaços acadêmicos consagrados para que suas falas sejam legitimadas como conhecimento. As dinâmicas de quem se desloca, quem permanece em posição de centralidade e quem define o que conta como saber revelam que as disputas por centro e margem são também disputas de poder

que atravessam silenciosamente a produção acadêmica (Carvalho, 2001; Schimidt, 2006).

Apesar das hesitações iniciais, a aula-visita foi mantida. Ao atravessar o portão da horta, o cenário reconfigura aquilo que se trazia como expectativa prévia. Surgem canteiros de agrião, manjericão, hortelã e plantas medicinais, cercas improvisadas com paletes, crianças que transitam, conversas que alternam desabafos e risadas.

O primeiro sentimento experimentado não é o medo, mas o acolhimento. Sentar, escutar, mastigar uma folha de menta e observar o ritmo do trabalho coletivo produz um deslocamento corporal e simbólico. No final da tarde, colegas comentaram que "não imaginavam que fosse assim", relatando surpresa diante da organização, da hospitalidade e da força política das mulheres.

A experiência da aula-visita evidencia, de modo concreto, o deslocamento do olhar etnográfico discutido por Carvalho (2001) ao problematizar a pretensão de neutralidade na produção do conhecimento e a promessa de simplesmente "dar voz" aos sujeitos pesquisados. A pesquisa de campo, nessa perspectiva, implicou na transformação das próprias categorias por meio das quais o território é interpretado, ultrapassando a coleta de informações sobre um espaço previamente definido como "objeto de pesquisa".

O deslocamento incide sobre o regime de centralidade que organiza quem pode falar, de onde se fala e quais espaços são reconhecidos como legítimos para a produção de saber. Ao realizar a aula fora do campus universitário, em um terreno cultivado por mulheres negras na periferia do Recife, reconfiguram-se as próprias condições de enunciação acadêmica: o território assume a condição de instância ativa de reflexão social situada, ultrapassando a função de cenário empírico.

A própria Garota da Horta sintetiza essa tensão ao afirmar: "Milagre não é só bandido, Milagre não é só carência, não é só favela. Milagre tem muita potência, tem muito empreendedorismo". Entre os canteiros, essa frase deixa de ser apenas reivindicação discursiva e se torna descrição empírica, tratando-se de um território atravessado por violências estruturais, mas também por trabalho, criatividade, cuidado e desejo de futuro. O que se observa é a coexistência de processos de vulnerabilização e de práticas de reinvenção cotidiana, que não podem ser reduzidas a uma narrativa linear de carência.

Em uma das conversas mais densas do campo, ela afirma o seguinte:

> Eu vou te confessar que eu não gostava de ser negra. [...] Na escola, eu tinha apelidos pejorativos, como tição, carvão, fuscão

> preto. [...] Eu ficava esfregando o rosto querendo tirar um pouco da minha cor, porque eu não aguentava mais ser chamada de neguinha de cabelo duro, de macaca.

Essa narrativa não pode ser lida como relato isolado de sofrimento individual. Trata-se da inscrição subjetiva de um regime social de desvalorização racial que, como argumentam Carneiro ([2003]2011), Gonzalez ([1984]2020) e Collins (2019), atua corroendo a autoestima e reorganizando a forma como mulheres negras percebem seus corpos e seus direitos ao desejo.

A violência simbólica, nesse sentido, não se limita ao insulto externo. Ela se instala na carne como autovigilância, recusa de si e tentativa de apagamento da própria aparência. O racismo opera, assim, como tecnologia pedagógica negativa, ensinando corpos negros a se envergonharem de si antes mesmo de reivindicarem reconhecimento. Tal processo revela que a opressão atua no plano institucional e no nível micropolítico de formação da subjetividade (Carneiro, [2003]2011; Gonzales, [198]2020; Collins, 2019).

A narrativa, contudo, não se encerra na ferida! A Garota da Horta relata que, ao se aproximar de grupos de Maracatu, Candomblé e Afoxé, passou a ouvir outras palavras sobre si: "Foi que essas pessoas foram me ajudando, tipo, 'preta, tu é linda'. [...] Eu me vi dentro de uma tribo que eu me pertencia ali. Aí eu disse: oxe, aqui eu sou aceita. Aqui ser preto é bonito. Aqui botar um lenço ninguém vai me chamar de macumbeira, não".

Esse deslocamento evidencia que a identidade racial não é apenas herança biológica ou marca social imposta, mas construção política e afetiva. Reconhecer-se em outros corpos negros, em outros ritmos e em outros símbolos constitui processo de autorrecuperação, nos termos formulados por hooks (1993/2023), deslocando a autoestima do registro privatizado da psicologia individual para uma prática ética e coletiva de reconstrução da dignidade, articulada ao amor como princípio político (hooks, [2000]2021).

Quando, por exemplo, a Garota da Horta afirma: *"Eu tive que aprender a me amar para ensinar outras pessoas negras a também se amarem",* ela expressa a passagem do sofrimento individual para uma pedagogia do cuidado racial. Nesse ponto, ecoa a noção de autodefinição formulada por Collins – em Pensamento Feminista Negro (2019) – de que nomear a si mesma e à própria experiência significa romper com as "imagens de controle" que organizam a desvalorização racial e constrói outra gramática de pertencimento.

O que está em jogo envolve a mudança de autoimagem e a produção de um saber situado sobre o que significa ser mulher negra naquele território específico. Esse deslocamento aparece também na forma como ela orienta sua filha: "Você simplesmente vai devolver o constrangimento. [...] Se te chamar preta, eu sou preta, poxa. [...] Ser preta é uma condição da minha raça, mas ser preconceituoso é outra história".

Aqui, a raça deixa de ser insulto e passa a ser posição afirmada. O constrangimento é devolvido ao agressor, e não incorporado como culpa. Trata-se de uma pedagogia doméstica antirracista, que se constrói fora da educação escolar formal, mas que produz efeitos profundos na formação subjetiva das crianças (Collins, 2019; hooks, [1994]2017).

Outro eixo estruturante da narrativa é o trabalho, quando a Garota da Horta enumera empregos já ocupados, tais quais serviços gerais em escola, hospital, supermercado e casa de família.... Recorda, com especial intensidade, a experiência na limpeza de um hospital de referência durante a pandemia pela Covid-19, quando adoeceu gravemente e precisou retornar ao trabalho por necessidade econômica. Em determinado momento, sintetiza: "Eu sei que eu tenho minha casa própria. Se eu sair agora, eu sei que eu não vou ter como me manter, mas eu tô infeliz. [...] O povo me olhar, porque limpeza é pra negra, né?".

A representação do senso comum de que "limpeza é pra negra" condensa séculos de organização racial do trabalho no Brasil e no mundo colonialista (Carneiro, [2003]2011; Gonzales, 1984/2020). O emprego aparece como fonte de renda e como espaço de humilhação, invisibilidade e naturalização da desigualdade (Collins, 2019; hooks, 2000/2021). Como argumenta hooks ([2000]2021), romantizar o "trabalho duro" como virtude moral pode funcionar como mecanismo de legitimação da exploração. Ao propor modelos de trabalho que "adocem a vida", hooks não preconiza o abandono do esforço, mas a transformação social do modo e do sentido do trabalho.

Quando a Garota da Horta contrasta a rotina na limpeza hospitalar com a experiência na horta, ela materializa essa inflexão ética. Ao criar o Mãos de Milagres, não deixa de trabalhar; ao contrário, multiplica suas tarefas. O que muda é o eixo do esforço: do emprego em que recebe gritos e se sente invisibilizada para um fazer com a terra em que é reconhecida, em que vê seu gesto transformado em alimento, em remédio, em reforma de praça e em conversa que impede alguém de colapsar. O trabalho passa a operar como meio de sobrevivência e prática produtora de sentido.

Ela descreve esse período como metamorfose, posto que: "*Parecia que eu tava sendo uma lagarta se transformando numa borboleta*". Essa imagem deve ser lida como expressão de uma escolha arriscada em contexto de precariedade, afastando-se de uma

metáfora ingênua de superação individual. Romper com um emprego adoecedor significa também colocar em risco a própria subsistência. Ainda assim, aposta-se em um trabalho que enraíza o corpo no território e produz outra economia de sentidos, articulando produção material e reconstrução subjetiva.

A horta aparece, então, como espaço terapêutico:

> Quando eu saí do IML — referindo-se ao momento em que soube da morte de seu companheiro — Eu vim foi pra cá. [...] Aqueles milhos têm minhas lágrimas. [...] Isso daqui me acalma muito, é cura pra minha ansiedade, é cura pra minha alma.

A cura produzida nesse espaço não se confunde com tratamento biomédico, nem pode ser reduzida a efeito psicológico individual. Trata-se de uma forma de cuidado relacional, construída na interação entre corpo, território e coletividade, na qual o trabalho com a terra opera simultaneamente como prática material, ritual cotidiano e dispositivo político de recomposição da dignidade (hooks, 1993/2023; Piedade, 2017).

Além da produção de alimentos, as mulheres do coletivo fabricam lambedores, sabões artesanais, temperos, garrafadas e chás, combinando memória, empiria e experimentação. Em campo, em vez de serem apenas força de trabalho precarizada, tornam-se produtoras de saberes-fazeres e de bens. O trabalho com a terra passa a envolver reconhecimento, orgulho e competência, produzindo respiros de dignidade em meio à dureza do contexto.

Ao colocar essa experiência em diálogo com estudos sobre mulheres protagonistas de hortas comunitárias, observa-se que raça, gênero e trabalho organizam silenciosamente quem sustenta esses espaços. A noção de "dororidade" (Piedade, 2017) ajuda a nomear a passagem da dor compartilhada ao cuidado coletivo, mas revela também um ponto incômodo: esse cuidado é frequentemente naturalizado, não remunerado e concentrado sobre os mesmos corpos que já ocupam os lugares mais precarizados do mercado formal.

Quando lida em diálogo com estudos sobre agroecologia urbana e hortas comunitárias, a experiência do Mãos de Milagres evidencia que, em contextos periféricos, a incidência política das mulheres ainda depende de poucos corpos, de muita improvisação e de relações instáveis com o poder público (Mougeot, 2005; Azevedo; Pelicioni, 2011). O protagonismo feminino aparece, assim, de forma frágil e concentrada — sinal de potência, mas também de sobrecarga, construído em meio a disputas por reconhecimento, por permanência no território e por tempo para existir.

A horta é, ainda, um espaço de reivindicação por políticas públicas. Ao narrar a reforma de uma pracinha conquistada após aparições na mídia, a Garota da Horta afirma que o lugar: "*É terapêutico, é justiça social também*". Ao insistir que: "*não existe saúde mental sem políticas públicas*", ela recusa a ideia de que o cuidado comunitário substitua a responsabilidade do Estado. Nesse ponto, a leitura da horta como espaço de cura não pode ser dissociada de sua dimensão política, pois trata-se de uma prática que denuncia, ao mesmo tempo, a ausência estrutural das políticas públicas e a capacidade local de resistir a ela.

Nesse sentido, a horta também funciona como espaço educativo (hooks [1994]2017; Antunes; Mesquita, 2022, 2024), tratando-se de um lugar onde o conhecimento se produz em comunidade, onde se aprende a pensar criticamente a própria realidade e a imaginar transformações possíveis. Ali se discutem racismo, maternidade, tráfico, escola, futuro e tecnologia a partir da experiência concreta. O que se observa envolve a produção de alimento e de consciência social.

Ao longo da pesquisa de campo, ficou evidente que não se estava apenas "coletando dados", mas sendo convocada a aprender com um modo de vida que não cabe nos diagnósticos rápidos sobre favela e violência urbana. Conversas sobre plantas, remédios caseiros, filhos e estratégias contra o aliciamento do tráfico compõem um repertório de saberes práticos e políticos que desafia a separação entre teoria e vida cotidiana.

Em contrapartida, não se buscou apresentar aqui uma versão final e definitiva sobre o Coletivo Mãos de Milagres, mas uma leitura situada e aproximada, construída a partir de uma posição externa ao lugar de fala dessas mulheres, comprometida com a escuta, com a recusa à extração de dados e com a devida devolutiva por meio da publicação deste ensaio.

Quando a Garota da Horta afirma que a horta é: "*o portal para uma coisa bem maior*", ela condensa a intuição que atravessou todo nosso texto: o que se cultiva ali não é apenas alimento, mas o direito de viver bem, de criar filhos longe da violência, de trabalhar com sentido e de ver o bairro reconhecido não apenas pela criminalidade, mas pela criatividade, pela solidariedade e pela insistência em cultivar vida em meio ao descaso estrutural destinado à localidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar este ensaio etnográfico significa, em certa medida, retornar à cena inicial: chegar à comunidade dos Milagres munidas de referências teóricas e de um roteiro de observação, sem saber, contudo, o que significaria, na prática, "olhar, ouvir

e escrever" com responsabilidade sobre a vida de outras pessoas (Oliveira, 1996). A experiência com a horta comunitária e com a Garota da Horta colocou de modo insistente a questão sobre como produzir conhecimento sem reduzir as sujeitas a objetos de pesquisa, especialmente, quando se trata de mulheres negras periféricas, historicamente silenciadas e frequentemente convertidas em "casos" ou "exemplos" pelos trabalhos acadêmicos.

Os dias vividos entre canteiros de coentro, hortelã e boldo, entre conversas sobre filhos, lutos, depressão, conflitos familiares, violências e, ao mesmo tempo, sobre sonhos, estudos e futuros possíveis, mostram que aquele pequeno terreno ao lado do posto de saúde é muito mais do que um experimento localizado de agricultura urbana. Trata-se de um espaço de autorrecuperação, no sentido proposto por hooks ([1993]2023), no qual mulheres negras, ao cuidarem da terra e umas das outras, vão costurando formas alternativas de existir, amar e sobreviver em contextos marcados pelo racismo, pelo machismo e pela pobreza.

Do ponto de vista da pesquisa, reafirma-se a necessidade de explicitar a posição desde a qual se escreve. Não se trata de um detalhe metodológico secundário, mas de uma condição ética da análise. A pesquisadora responsável pelo trabalho de campo é uma mulher não negra que chegou àquele território como convidada, e não como parte constitutiva da comunidade.

Essa posição implica deslocar o olhar etnográfico e confrontar uma longa história de produção acadêmica que falou sobre sujeitas subalternizadas sem reconhecê-las como interlocutoras legítimas. Neste manuscrito, o esforço foi escrever com as mulheres da horta, e não apenas sobre elas, incorporando suas falas, reconhecendo seus saberes e permitindo que suas narrativas tensionem as categorias analíticas mobilizadas.

A escuta das narrativas da Garota da Horta – sobre trabalho precarizado, racismo cotidiano, solidão materna, adoecimento psíquico e luta por políticas públicas – evidencia a centralidade da experiência das mulheres negras como lugar de produção de conhecimento e como eixo temático da análise. Ao falar de si, da filha que sonha ser programadora, das mulheres que perderam familiares para o tráfico e das usuárias do CAPS que encontram na horta um respiro, ela produz interpretações densas sobre Estado, classe, raça, gênero e território — interpretações que não se encaixam nas categorias restritivas de "informante" ou "beneficiária de projeto social".

Um dos aprendizados centrais deste percurso foi compreender, na prática, a proposta de uma pesquisa que se constrói em diálogo, negociando sentidos, compartilhando dúvidas e, quando possível, produzindo efeitos concretos na vida das pessoas envolvidas. Escrever este ensaio etnográfico fez parte desse processo, mas não o encerra.

O texto funciona simultaneamente como registro, devolutiva e convite a continuar pensando junto, reconhecendo que a análise permanece aberta às transformações do próprio campo.

As mulheres do Mãos de Milagres produzem cotidianamente uma pedagogia do território que articula cuidado, ancestralidade, crítica social e invenção de outras formas de viver. Pode-se afirmar que ali se pratica uma educação que não separa corpo e mente, afeto e pensamento, política e amor. A horta aparece, nesse sentido, como sala de aula a céu aberto, laboratório de direitos humanos e espaço de produção de saberes que interpelam tanto a escola quanto a Universidade e as políticas públicas.

Entretanto, é necessário evitar leituras romantizadas dessa experiência. A horta não elimina a violência estrutural, nem substitui a responsabilidade do Estado. Ao contrário, sua existência evidencia, de modo concreto, a ausência de políticas públicas consistentes no território. As falas insistentes da Garota da Horta sobre a impossibilidade de "*ter saúde mental sem políticas públicas dentro da comunidade*" indicam que o cuidado comunitário não pode ser convertido em solução compensatória para a precarização das condições de vida. A horta é, simultaneamente, resposta local e denúncia política.

Há, portanto, um duplo movimento em jogo: por um lado, a produção de espaços de cura, trabalho com sentido e fortalecimento de vínculos; por outro, a explicitação dos limites dessas iniciativas, quando não acompanhadas de transformações estruturais. Essa tensão atravessa toda a experiência analisada e impede que ela seja lida apenas como exemplo bem-sucedido de agricultura urbana ou de protagonismo feminino. O que se observa é uma prática social situada, atravessada por contradições, sobrecargas e disputas, que precisa ser compreendida em sua ambiguidade.

Do ponto de vista teórico, o ensaio reforça a fecundidade do diálogo entre feminismos negros, etnografia crítica e estudos sobre agroecologia urbana. Esse entrecruzamento permitiu compreender a horta como espaço produtivo e como território pedagógico, político e afetivo. As noções de autorrecuperação, autodefinição, protagonismo e cuidado coletivo adquirem densidade empírica quando lidas à luz das cenas cotidianas da horta, deslocando a fronteira entre teoria e vida vivida.

Há, contudo, múltiplos caminhos ainda abertos para futuras investigações, sendo necessário aprofundar: (a) as trajetórias das demais mulheres do coletivo, explorando como seus saberes dialogam com tradições locais de cura e cuidado; (b) os efeitos da horta na vida de jovens da comunidade, especialmente meninas negras, no que se refere à escolarização, aos projetos de futuro e à relação com o território; (c) as possibi-

lidades concretas de articulação entre experiências como o Mãos de Milagres e políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social e agroecologia.

Este ensaio reafirma a necessidade de que pesquisas em educação e ciências humanas, sobretudo aquelas que se reivindicam decoloniais, assumam o compromisso político de deslocar seus referenciais, enegrecer seus cânones e reconhecer mulheres negras periféricas como fontes empíricas e autoras de pensamento. Trata-se de uma exigência epistemológica e não apenas ética: sem esse deslocamento, corre-se o risco de reproduzir, sob nova linguagem, antigas hierarquias do saber.

Se este texto cumpre algum papel, que seja o de registrar, com o máximo de rigor e respeito possível, um fragmento da força, da dor e da criatividade que brotam daquele pedaço de terra cercado de concreto, onde, apesar de tudo, continua sendo cultivada a vida. Mais do que conclusão, estas considerações pretendem funcionar como abertura para novos diálogos, novas pesquisas e novas formas de escrever com – e não apenas sobre – mulheres negras periféricas que transformam a terra em lugar de cura, política pública e conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mauricio; MESQUITA, Rui. Comunidades Educativas como lugar metodológico da experiência na construção social do conhecimento. *Reflexão e Ação* [ISSN 1982-9949]. Santa Cruz do Sul, v.30, n.3, p. 53-68, set.dez.2022. Disp. Em https://online.unisc.br/seer/index.php/ .

ANTUNES, Mauricio; MESQUITA, Rui. Comunidades educativas e possibilidades de uma escola diferente: um olhar sobre narrativas em Santarém, Pará. *RAIN* [ISSN 2718-7519), Mar del Plata (ARG.), v.4, n.8, pp. 127-143, jul.dez. 2024. Disp. Em https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/rain/article/viewFile/8458/8811 .

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra:* quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 117-134. Texto originalmente publicado em 2003.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

COLLINS, Patricia Hill. *Learning from the outsider within*: the sociological significance of Black feminist thought. Social Problems, Berkeley, v. 33, n. 6, p. S14-S32, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. [Obra original publicada em 1990].

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex*: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, Luiz Antonio Machado da *et al.* (org.). *Ciências sociais hoje*. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOOKS, bell. Sisters of the yam: Black women and self-recovery. Boston: South End Press, 1993. Tradução brasileira: *Irmãs do inhame*: mulheres negras e autorrecuperação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

HOOKS, bell. All about love: new visions. New York: William Morrow, 2000. Tradução brasileira: *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. Teaching to transgress: education as the practice of freedom. New York: Routledge, 1994. Tradução brasileira: *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MOUGEOT, Luc J. A. (org.). *Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture.* London: Earthscan; Ottawa: International Development Research Centre, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PIEDADE, Vilma. *Sororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.